

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

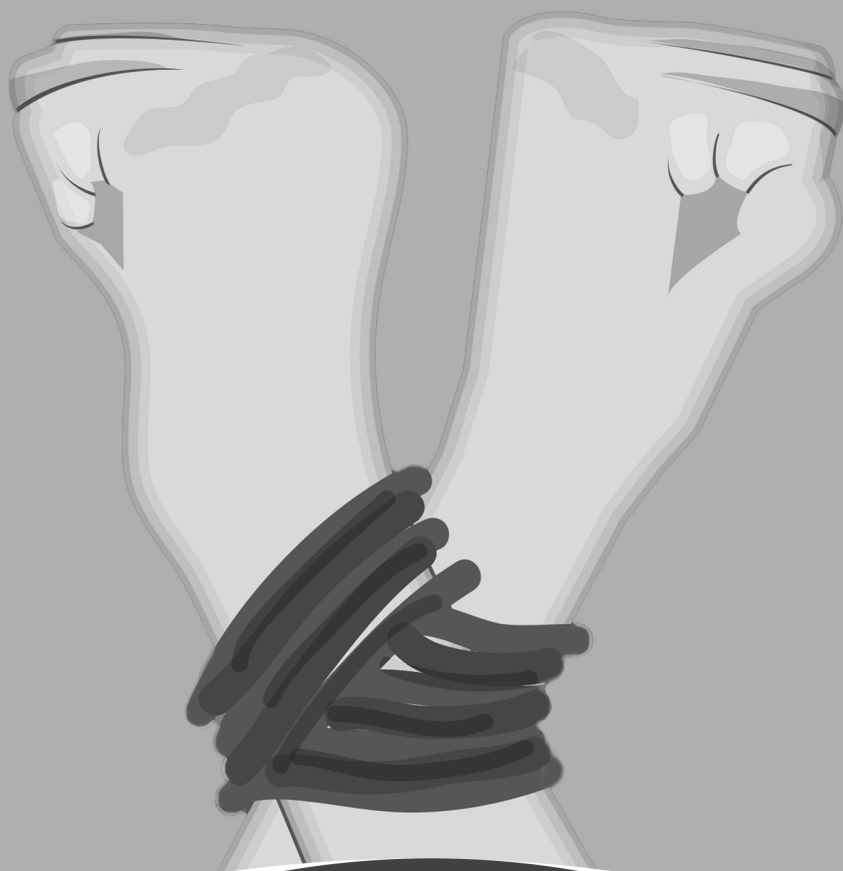
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568 Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito 3 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-480-1

DOI 10.22533/at.ed.801202710

1. Democracia. 2. Estado democrático. 3. Direito. 4. Cidadania. I. (Organizador) Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Título.

CDD 321.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – VOL. III**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse terceiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam democracia e administração pública; representação política; violência e prevenção; facetas do conhecimento; e extensão universitária.

Democracia e administração pública traz análises relevantes como bases do ciclo de industrialização, instrumentos de controle, discricionariedade administrativa, meios consensuais de solução de conflitos, imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, dano ao patrimônio, contratações públicas e limites da atuação estatal no planejamento familiar.

Em representação política são verificadas contribuições que versam sobre grupos minoritários, atuação legislativa de deputadas federais e estado laico e razão pública.

Na violência e prevenção são encontradas questões relativas a violência doméstica, papel da defensoria pública do estado do Espírito Santo nas audiências de custódia e o PROERD.

Facetas do conhecimento abrange a abordagem social e a manifestação de ideias no universo acadêmico.

Extensão universitária congrega colaborações que retratam questões como direito a informação como requisito de estabelecimento e fortalecimento do ambiente democrático e o Bem-me-quer, a partir da humanização e da saúde.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PERÍODO PÓS-1929 E A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DAS BASES DO CICLO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Leandro Belloc Nunes

DOI 10.22533/at.ed.8012027101

CAPÍTULO 2..... 22

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pollyane Cunha Ferreira

Jéssica Danielle Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.8012027102

CAPÍTULO 3..... 35

A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E OS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS VINCULANTES TRAZIDOS PELA LEI Nº. 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Edimur Ferreira de Faria

Pollyane Cunha Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8012027103

CAPÍTULO 4..... 53

DO CONFLITO AO CONSENSO: ANÁLISE DOS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR REGIDO NA LEI 8.112/90

Fabiano Simon Brunetto

Fernando Cesar Mendes Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.8012027104

CAPÍTULO 5..... 65

IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NO TEMA 897/STF: EFETIVAÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA OU INSEGURANÇA JURÍDICA?

Hígor Lameira Gasparetto

Bruna Andrade Obaldia

Cristiano Becker Isaia

DOI 10.22533/at.ed.8012027105

CAPÍTULO 6..... 73

DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESTUDO DE UM CASO REFERENTE A DANO AO ERÁRIO NA CIDADE DE BAGÉ, RS

Michel Stein Barbosa

Natacha de Oliveira Stein

Francine Nunes Avila

Lóren Pinto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8012027106

CAPÍTULO 7.....	88
A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COMO FERRAMENTA PARA O APERFEIÇOAMENTO DO REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRO	
Jacqueline do Socorro Neri Rodrigues Lobão	
Fernando Peixoto Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8012027107	
CAPÍTULO 8.....	104
ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA LEI DO PLANEJAMENTO FAMILIAR: ESTABELECENDO LIMITES PARA A ATUAÇÃO ESTATAL	
Beatriz Alves Macena Lima	
Nathália Leite de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8012027108	
CAPÍTULO 9.....	112
FORMAÇÃO DE GRUPOS DE PRESSÃO NA REPRESENTATIVIDADE DO PROCESSO POLÍTICO: GRUPOS MINORITÁRIOS	
Thiago Rodrigues Moreira	
Roberta Rodrigues Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8012027109	
CAPÍTULO 10.....	124
ATIVIDADE LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS E SUA TAXA DE SUCESSO NA APROVAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS (1987-2017)	
Geissa Cristina Franco	
Mariana Lorencetti	
Maria Cecilia Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.80120271010	
CAPÍTULO 11.....	137
ESTADO LAICO E RAZÃO PÚBLICA: UM CONFRONTO CONCEITUAL COM DETERMINADOS PROJETOS PROPOSTOS PELA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA	
João Luis Binde	
Ivo Luciano da Assunção Rodrigues	
José Vinicius da Costa Filho	
André Valente do Couto	
DOI 10.22533/at.ed.80120271011	
CAPÍTULO 12.....	159
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VIVÊNCIAS DE MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIAR E MULTIGERACIONALIDADE	
Dionne Lima de Oliveira	
Dorli João Carlos Marques	
DOI 10.22533/at.ed.80120271012	

CAPÍTULO 13.....	173
VISÃO INTRAMUROS DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADA DE AGOSTO DE 2018 A JUNHO DE 2019 NO CENTRO PROVISÓRIO DE DETENÇÃO DE VIANA	
<i>Aline Carolina Motizuky Bonadeu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271013	
CAPÍTULO 14.....	187
A EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD): UMA RELEITURA DAS PRINCIPAIS PESQUISAS REALIZADAS EM MINAS GERAIS	
<i>Ronald Jean de Oliveira Henriques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271014	
CAPÍTULO 15.....	207
ABORDAGEM SOCIAL DO CONHECIMENTO	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271015	
CAPÍTULO 16.....	214
A MANIFESTAÇÃO DE IDEIAS EM AMBIENTE ACADÊMICO E A RECLAMAÇÃO 33.137 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
<i>Celso Lopes Seus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271016	
CAPÍTULO 17.....	225
A CONCRETIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PROJETO DIREITO, INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA	
<i>Margaret Darling Bezerra</i>	
<i>Déborah Leite da Silva Holanda</i>	
<i>Anderson Allan Damasceno de Medeiros</i>	
<i>Fernanda Santino Maciel de Oliveira</i>	
<i>Laura Sofia Ortiz Bastos Lemos de Oliveira</i>	
<i>Rawlinson José de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271017	
CAPÍTULO 18.....	229
PROJETO BEM-ME-QUER: A UNIVERSIDADE PELA HUMANIZAÇÃO	
<i>Adriana Elisa Bozzetto</i>	
<i>Emerson Henklain Ferruzzi</i>	
<i>Gleice Magalhães Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271018	
CAPÍTULO 19.....	235
PROJETO BEM-ME-QUER: BENEFICÊNCIA FRENTE AO MECANICISMO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, DE 2007 A 2020	
<i>Emerson Henklain Ferruzzi</i>	

Carla Amélia Ribeiro Coelho

Poliana Lourenço Gomes

DOI 10.22533/at.ed.80120271019

SOBRE O ORGANIZADOR.....241

ÍNDICE REMISSIVO.....242

CAPÍTULO 12

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VIVÊNCIAS DE MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIAR E MULTIGERACIONALIDADE

Data de aceite: 01/10/2020

Dionne Lima de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/7696975132135183>

Dorli João Carlos Marques

<http://lattes.cnpq.br/6294095748214528>

RESUMO: O estudo investiga o abuso sexual intrafamiliar. A questão preocupa os operadores de direito, profissionais da saúde e a sociedade em geral. O objetivo do estudo é analisar o percurso das mães na tomada de decisão em denunciar o abusador, verificar especificidades na vivência das que omitiram ou comunicaram, relacionado fatores sociodemográficos e abuso. A metodologia foi quali-quantitativa. Aplicou-se questionários semi-estruturados, os resultados foram comparados com outros desenvolvidos no Brasil. Constatou-se a ocorrência de negação de sentimentos, o que impede de quebrar o ciclo de violência multigeracional. O estudo ainda suscitou uma promissora problemática de pesquisa: por que as mães não denunciam o agressor, se é a maior protetora de seus filhos?

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual, Mães de crianças abusadas, Multigeracionalidade, Violência doméstica, Políticas públicas.

DOMESTIC VIOLENCE: MOTHERS EXPERIENCES OF INTRAFAMILY SEXUAL ABUSE AND MULTIGENERATIONALITY VICTIMS

ABSTRACT: The study investigates intra-family sexual abuse. The issue concerns legal operators, health professionals and society in general. The objective of the study is to analyze the mothers' path in decision making to denounce the abuser, to verify specificities in the experience of those who omitted or communicated, related to sociodemographic factors and abuse. The methodology was quali-quantitative. Semi-structured questionnaires were applied, the results were compared with others developed in Brazil. There was a denial of feelings, which prevents breaking the cycle of multigenerational violence. The study also raised a promising research problem: why don't mothers denounce the aggressor, if she is the greatest protector of their children?

KEYWORDS: Sexual Abuse, Mothers of Abused Children, Multigenerationality, Domestic Violence, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

Entre 2011 e 2017, o Brasil apresentou um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes, segundo o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da saúde. No período foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, mas

acredita-se que muitos casos não tenham sido notificados. A maioria das ocorrências, tanto com crianças (69,2%), quanto com adolescentes (58,2%), ocorreu dentro de casa e os agressores são pessoas do convívio das vítimas, geralmente familiares. O estudo também mostra que a maioria das violências é praticada mais de uma vez, se repetindo 33,7% nas crianças e 39,8% nos adolescentes.

O abuso sexual infantil é considerado um problema de saúde pública, tendo em vista os expressivos números registrados de ocorrências e notificações (GONÇALVES & FERREIRA, 2002; PFEIFFER & SALVAGNI, 2005). Outro agravante são os impactos dos efeitos psicossociais e cognitivas que afetam as vítimas e familiares. Porém o número de subnotificações é muito elevado, devido a ocultação e não serem denunciados, principalmente pelo fato de ocorrerem dentro do contexto familiar. Essa ocultação leva à impunidade, fato que preocupa profissionais e pesquisadores que trabalham diretamente com esse fenômeno.

A dinâmica desse crime é complexa, por envolver aspectos sociais, psicológicos, legais e culturais. Acontecem na maioria dos casos, no âmbito familiar onde se acredita ter um ambiente seguro para as vítimas. Os pais se preocupam em orientar seus filhos a não confiarem em pessoas desconhecidas, que são estranhas ao convívio familiar. Porém na maioria dos casos são surpreendidos com o abusador sendo alguém íntimo e da sua confiança. Enfretamento de violência que dificulta uma ação ostensiva do Estado, que preocupa os operadores do direito, da segurança pública, cidadania e direitos humanos.

É frequente mães de vítimas de abuso sexual, revelarem de uma forma espontânea que também já foram vítimas desses abusos. Que tinham até um “cuidado” em orientar seus filhos acerca de abusos com questionamentos de praxe, que quase sempre eram respondidos negativamente. Essa resposta era suficiente para ter a certeza de que a vítima estaria segura.

Na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – (DEPCA) as vítimas de abuso sexual têm todo um protocolo de atendimento, encaminhamento, acolhimento e acompanhamento, que vai desde o agendamento para o Psicossocial, Serviço de Atendimento a Vítima de Violência Sexual (SAVVIS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), visando o apoio afetivo, construindo estratégias de proteção e o fortalecimento emocional para as vítimas. Ao verificar se esses serviços de acolhimento e enfretamento estariam disponibilizados em outros locais, para atender às mães, consultando o Serviço de Apoio Emergencial À Mulher (SAPEM), foi informado que os serviços disponíveis se destinam às mulheres vítima de violência doméstica, encaminhadas pela Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM). Consultando a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), constatou-se que a rede de enfretamento é destinada às mulheres vítimas de violência doméstica, as quais são vítimas imediatas dos crimes causados por seus parceiros íntimos. Atualmente não existe rede de enfretamento e acolhimento para as

mães das vítimas ante e pós-denúncia, de modo a construir diferentes formas de cuidar e ser cuidada.

Essa constatação exigiu adoção de postura crítica em relação a discutir alternativas de atendimento psicológico e social não apenas para às crianças e adolescentes vítimas, mas também às mães ou cuidadores. Quando as necessidades das mães são ignoradas, pode-se perder uma oportunidade de beneficiar a criança (HEFLIN, DEBLINGER, & FISHER, 2004).

Mediante estas premissas, elegeu-se como objeto de estudo as vivências dessas mães privilegiando o foco na tomada de decisão em omitir, retardar ou comunicar o abuso sexual na Delegacia. Pretendeu-se verificar se há especificidades na vivência das mães que omitiram, comunicaram ou retardaram a denúncia, cuja gênese remonta a fatores socioeconômicos, vivências emocionais marcadas por situações semelhantes de abuso sexual intrafamiliar, com sentimentos de abandono, raiva, culpa, vergonha e medo. Dessa forma, essas mães desenvolveram estratégias de negação desses sentimentos. Algumas questões podem influenciar na sua tomada de decisão. O perfil socioeconômico dessas mães influencia na tomada de decisão em denunciar o abusador? O medo de uma desestruturação familiar provocada pela denúncia do agressor poderia levar essa mãe à omissão? A aplicação de medidas preventivas no enfrentamento e empoderamento dessas mães poderia implicar na redução dos índices de abuso sexual infanto-juvenil? A mãe é vítima mediata dos crimes sexuais praticados contra seus filhos?

É imperioso compreender o percurso das mães que omitiram ou comunicaram o abuso sexual na delegacia. Vários fatores influenciam na decisão das mães das vítimas de omitir, retardar ou notificar à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. A revelação do abuso sexual, principalmente quando o agressor é alguém da família ou do convívio familiar, pode gerar uma crise, ocasionando dinâmicas de culpabilização e vergonha, que podem potencializar a sintomatologia da vítima. (MACHADO, 2008).

O objetivo deste trabalho é criar uma rede de enfrentamento e acolhimento para mães ante e pós-notificação do abuso sexual, assim como a análise dos ciclos de violência de abusos sexuais intergeracionais por profissionais especializados como psicólogos e assistentes sociais, com o intuito de capacitar e empoderar dando subsídios para enfrentar e quebrar o ciclo de violência.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Configura-se numa pesquisa de campo de caráter exploratório. Portanto, a pesquisa vai buscar envolver: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. Será dada ênfase nesta pesquisa nas experiências e as ações das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, valorizando a subjetividade, expressa mediante relações que constitui um grupo, e estes dão sentido aos fenômenos sociais (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Sobre o caráter exploratório desta pesquisa, vai caracterizar-se por ela buscar ter como o objetivo a formulação de questões ou de um problema e, por ser uma investigação de pesquisa empírica, com finalidade de desenvolver hipóteses, modificar ou esclarecer conceitos e aumentar familiaridade do investigador com o ambiente, fato ou fenômeno e fornecer subsídios para realização de futuras pesquisas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Esta pesquisa vai privilegiar, portanto, uma abordagem metodológica qualitativa adquirindo contornos do marco conceitual “vivências”. A abordagem qualitativa, caracteriza-se por implicar analisar o contexto onde as situações ocorrem, valorizando o sentido que as pessoas dão às situações e eventos. Para se compreender o movimento destes contextos, não deve haver hipóteses fechadas antes da entrada em campo. A pesquisa refaz-se constantemente no próprio processo de investigação, admitindo a existência da subjetividade e da reflexividade na construção das experiências. (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Assim, durante todo o processo de inserção do pesquisador no lócus de pesquisa enquanto entrevistador buscar-se-á compreender as experiências a partir de um espaço histórico, social e político.

Buscar-se-á, portanto, selecionar uma amostra não probabilística com por conveniência ou acessibilidade (COOPER; SCHINDLER, 2003). A escolha das participantes será realizada por conveniência visando selecionar as mães participantes com diferentes perspectivas de atuação.

3 | INSTRUMENTO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

Este estudo utilizará o procedimento de técnica de entrevistas semi-estruturada em profundidade. Nesse aspecto, a entrevista semi-estruturada ao mesmo tempo que amplia o jogo interativo por possibilitar novas perguntas baseadas nas respostas do entrevistado, consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, em que uma delas tem como objetivo obter informações detalhadas sobre a outra (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse aspecto, as questões no processo desta pesquisa serão orientadas por um roteiro semi-estruturado que vise estimular o diálogo espontâneo com a pesquisadora, com vistas a não limitação de respostas, mas o fornecimento de “[...] uma estrutura de referência para as respostas” (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 278).

4 | ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados, a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin apud Minayo (2010) define análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (p. 303).

Esse método de análise permite que, a partir dos dados encontrados nas pesquisas qualitativas, a pesquisadora pode realizar análises sobre o tamanho das respostas, a frequência de conteúdos, convergências e divergências nos discursos, para que, com base no referencial teórico adotado, faça inferências de sua autoria. A análise de conteúdo abarca análises lexicais, análises de expressão, análises de relações, análises de avaliação ou representacional, análise de enunciação e análises temáticas (MINAYO, 2010).

5 | PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa serão respeitadas as normas e diretrizes para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, contidas na Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi apresentado ao Comitê de Ética sendo submetido online por meio da Plataforma Brasil para ponderações, conforme os protocolos legais vigentes da Universidade do Estado do Amazonas.

6 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde os primórdios, a criança tem sido vítima de várias explorações, principalmente de natureza sexual. Todavia, a sua denúncia tem tido pouco alcance, e as subnotificações abafadas pelo silêncio com que a sociedade, em geral, e os especialistas, em particular, têm procurado encobrir. (AZEVEDO, 1988)

Embora a humanidade tenha efetuado avanços contínuos em seu controle sobre a natureza, podendo esperar efetuar outros ainda maiores, não é possível estabelecer com certeza que progressos semelhantes tenham sido feitos no trato dos assuntos humanos (FREUD, 1927d). Freud, quem deu um impulso enorme à compreensão dos aspectos sexuais na infância.

Segundo Freud (1913c), a rejeição pelo tema do incesto é produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, dominados pela repressão. A história revela que, nos mitos, aos deuses é garantida a satisfação de todos os desejos a que as criaturas humanas têm de renunciar, tal como no caso do incesto. O desejo humano transforma-se em privilégio divino (FREUD, 1932e). O que é representado como insultante a nossos mais sagrados sentimentos constituía costume universal, poderíamos chamá-lo de um uso tornado sagrado, entre as famílias dominantes do Antigo Egito e de outros povos primitivos (Freud, 1939f.)

Através da descoberta da Psicanálise tornam a hipótese de uma aversão inata à relação sexual incestuosa totalmente insustentável. Confirmam que as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos muito novos são invariavelmente de caráter incestuoso (FREUD, 1913c). “A proibição de uma escolha incestuosa de objeto constitui, talvez, a mutilação mais drástica que a vida erótica do homem, em qualquer época, já experimentou” (FREUD, 1930d).

“A condição da eficácia patogênica de uma experiência é que ela precisa parecer intolerável ao ego e provocar um esforço defensivo” (FREUD, 1906b). A essa defesa Freud remete a cisão psíquica. Não importam, portanto, as excitações sexuais que um indivíduo possa ter experimentado em sua infância, mas a sua reação a tais vivências.

Segundo Rosenfeld (1979), a linha de demarcação entre a fantasia e a realidade é geralmente obscura, pois a fantasia pode ser baseada em experiências reais familiares que foram deslocadas ou distorcidas. Embora seja fácil distinguir o que é incesto do que não é, as famílias confrontam-nos com inúmeros dilemas.

Ferenczi, citado por Rosenfeld (1979), notou que muitas crianças pequenas que tinham de fato sido envolvidas sexualmente com adultos ficavam frequentemente confusas se o evento tinha realmente acontecido, uma confusão que foi atribuída a uma sobrecarga de sentimentos de desamparo acompanhados pela molestação. Tais confusões podem ser compreendidas não só em termos do desenvolvimento psicosssexual e a repressão do que é traumático mas, também, em termos de fase do desenvolvimento cognitivo da criança.

Outra dificuldade na descrição e interpretação dos abusos sexuais em pesquisas é a falta de organização teórica e conceitual. O que é o incesto? A resposta para essa pergunta é bastante complexa e não existe uma concepção única a respeito. Segundo Cohen (1993), a palavra incesto deriva do latim *incestus*, que significa impuro, manchado, não casto, ou seja, *in* – não e *cestus* – puro.

Existem diversas interpretações quanto à definição do que seja um comportamento incestuoso, devido à complexidade do tema. Porém, nenhuma delas se mostra totalmente satisfatória, porque todas as interpretações têm em comum a repulsa do incesto.

Forward e Buck (1989,) diferenciam a visão legal da visão psicológica. A definição legal trataria o incesto como a relação sexual entre indivíduos com um grau máximo de parentesco e que está proibida por algum código religioso ou civil. A abordagem psicológica deste fenômeno classificaria o incesto como qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, ou que acreditam tê-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, sogro, sogra, meio-irmão, avós e companheiros que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam a função de pais.

A experiência do abuso sexual intrafamiliar devido ter uma experiência traumática chama a atenção sobre o ajustamento cognitivo e afetivo do indivíduo. “O trauma, no sentido mais popular do termo, significa uma quebra de fé” (Winnicott, 1965a). Segundo Winnicott (1967b), “o trauma é um impacto provindo do meio ambiente e da reação do indivíduo a ele, que ocorre anteriormente ao desenvolvimento, por esse indivíduo, de mecanismos que tornem a experiência previsível”. É aquilo contra o qual o indivíduo não possui uma defesa organizada, de maneira que um estado de confusão sobrevém seguido talvez de uma reorganização das defesas, estas de um tipo mais primitivo do que as que eram suficientemente boas antes da ocorrência do trauma (WINNICOTT, 1969c).

O trauma, portanto, varia de significado de acordo com o estágio de desenvolvimento emocional da criança. De início, o trauma implica um colapso na área de confiabilidade da criança em um meio ambiente. O resultado de tal colapso mostra-se no fracasso ou no relativo fracasso no estabelecimento da estrutura da personalidade e organização do ego (Winnicott, 1965a).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegura os direitos fundamentais positivos e negativos que protegem e colocam os vulneráveis a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, assegurando assim a sua dignidade. A parte final do art. 227 da CF/88 assim expressa: “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (EC nº 65/2010); significando o Direito Fundamental Negativo, que é um conceito formulado pela doutrina para aqueles direitos e garantias fundamentais que têm como objetivo e abstenção do Estado ou de terceiros de violá-las.

Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Portanto a ação de constranger física ou moralmente uma criança ou adolescente para submetê-la aos desejos de outra, quer seja por abuso sexual ou outra forma de violência é punida severamente pela lei.

No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 70 É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 130 Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

7 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O abuso sexual contra a criança é uma forma presente de violência doméstica, geralmente mantido em silêncio, mascarado pela revolta, pela conspiração dos sentimentos de impotência, passividade e submissão. Tem uma distribuição “democrática”, ocorrendo em todos os níveis socioeconômicos (SANTOS, 1991). Nos últimos anos houve um aumento da consciência de que a frequência do incesto é mais alta do que se imaginava. São os relatos da literatura profissional, na prática clínica e nas delegacias de proteção à criança e ao adolescente. Apesar disso, alguns profissionais não estão capacitados para tais atendimentos e escutam os relatos de molestação sexual como fantasias acarretando a revitimização das crianças e adolescentes.

A violência ou o abuso sexual na maioria dos casos é intrafamiliar, onde é cometido por alguém da família, o que torna a vítima em questão ainda mais vulnerável às represálias quando se revela o abuso ou a violência. Quanto mais frequentes os abusos, maiores os impactos nas dimensões física, sexual, emocional e moral da criança e do adolescente, pois dificilmente os abusados esquecem a violência sexual. Os efeitos são vários: dificuldades de manter relações afetivas, sexuais e amorosas saudáveis, envolvimento em prostituição, uso de álcool ou drogas, dificuldade de inserção na vida social, sentimento de inferioridade e culpa.

O abuso sexual intrafamiliar apresenta uma dinâmica de funcionamento específica, na qual o abusador, a criança ou adolescente vítima e a mãe compõem um sistema familiar fragilizado. O segredo do abuso sexual garante a essas famílias a ilusão de que tudo está sob controle. Quando o segredo é desvelado e as histórias de violência vêm à tona, a família e seus membros encontram-se diante do desafio de rever e construir novos papéis e limites (SANTOS, S. S. 2007).

A denúncia da violência é fator preponderante para que o abuso sexual seja notificado, a criança vítima precisa romper o silêncio, alguém precisa escutá-la e tomar as providências necessárias para sua proteção. A denúncia frequentemente é realizada por alguém próximo à criança e, geralmente, pela mesma pessoa para quem foi revelada a violência. A mãe tem sido apontada como uma figura importante nesse processo, pois na maioria das situações o abuso é revelado a ela (BERLINER & CONTE, 1995; JONZON & LINDBLAND, 2004).

Estudos apontam que a adaptação das crianças após o abuso e a revelação está associada à forma com que as mães conseguem lidar com a situação e à capacidade de prover suporte emocional às suas crianças (LEIFER, KILBANE, & GROSSMAN, 2001; PINTELLO & ZURAVIN, 2001). Dessa forma, muitos estudos investigam as conseqüências psicológicas nas vítimas.

A literatura mostra a importância de incluir familiares não abusivos no tratamento da vítima, principalmente as mães, tendo em vista seu envolvimento na situação.

Segundo a World Health Organization (WHO) (KRUG, DAHLBERG, MERCY, ZWI, & LOZANO, 2002), o abuso sexual contra crianças e adolescentes envolvem ações de conteúdo sexual praticadas pelo agressor que se encontram num estágio de desenvolvimento e maturidade superior ao da criança ou adolescente vítima. Abusos sexuais que podem ser de natureza heterossexual ou homossexual e são impostas à vítima por meio de indução ou coação da sua vontade. Geralmente, o abusador não utiliza a violência física, mas se utiliza do seu poder de influenciar a vítima, que ainda não está apta a consentir. Esse tipo de violência é considerado um problema de saúde pública, tanto pela frequência com que ocorre e pelos impactos das repercussões cognitivas e psicossociais que acarretam nas vítimas e seus familiares.

Uma criança abusada sexualmente, que recebe sob o seu corpo impactos do erotismo do agressor, fica profundamente abalada pelas mudanças que ela pode perceber no corpo do agressor como (pênis ereto, ejaculação etc.), em adição ao que ela experimenta no seu próprio corpo. A falta de controle e a inabilidade da criança para essa compreensão, intensificado pelo comportamento de negação do agressor, leva a uma dificuldade da criança não somente em manter algum nível de realidade, mas, também, em estabelecer uma clara diferenciação entre o seu corpo e o do seu abusador. Na concepção da criança, o corpo poderia tornar-se o local das mudanças aterrorizantes e misteriosas, estas gerando ansiedade. Segundo Arvanitakis (1993), tais representações persecutórias e prejudicadas do corpo podem levar a criança a múltiplas somatizações, ocasionalmente automutilações e tentativas de suicídio.

Para Cole e Putnam (1992), o abuso sexual por um dos pais viola a crença básica da criança sobre segurança e verdade nas relações, causando distúrbios no julgamento e na habilidade de ter relações satisfatórias nas quais estejam envolvidos sentimentos de amor e proteção. De fato, o suporte social típico, nas famílias incestuosas, é a força do sofrimento.

O risco das vítimas de incesto que interfere no desenvolvimento normal não é estático. Diferenças individuais no ajustamento devem ser compreendidas em termos de processo de desenvolvimento. Cada transição de desenvolvimento proporciona à vítima oportunidade de reprocessar a experiência (COLE E PUTNAM, 1992).

A média de idade em que o primeiro contato sexualizado entre pai e filha ocorre está entre os sete e nove anos. Na situação de abuso, a probabilidade de as vítimas aumentarem suas experiências sociais e estabelecerem um sentido de autocompetência no mundo social além da sua casa diminui. Intensa culpa, vergonha e confusão reduzem a probabilidade do sentimento de segurança suficiente para construir novas amizades e suporte social fora de casa. As mudanças físicas da puberdade envolvem ajustamentos psicológicos e sociais.

É recorrente nos discursos das mães das vítimas um sentimento de culpa relatado por elas, por estarem associadas a um modelo materno complexo, onde não pode haver

falhas e o distanciamento do modelo padrão ocasionará sentimentos de culpa e frustração.

As mães podem reagir: (a) de forma positiva, quando acreditam no relato de seus filhos; de forma negativa, quando não acreditam e mantêm-se ao lado do abusador; (c) ou ambivalentemente, quando se encontram divididas entre o relato de seus filhos e do abusador (SANTOS & DELL' AGLIO, 2009). Em casos de abuso sexual intrafamiliar, as mães das vítimas, geralmente são filhas, irmãs, cunhadas ou companheiras dos abusadores, que se veem diante de conflitos familiares e de importantes tomadas de decisões que podem ocasionar alterações na dinâmica familiar (FURNISS, 2002).

8 | CICLO DE VIOLENCIA INTERGERACIONAL

É frequente, o ciclo de violência intergeracional em casos de abuso sexual intrafamiliar, onde também houve abuso da mãe na infância (HIEBERT-MURPHY, 1998; NARVAZ & KOLLER, 2005; SANTOS & DELL' AGLIO, 2007). Porém, provavelmente, estas mães devem ter omitido os abusos sofridos ou não ter recebido nenhuma intervenção de apoio. Mães com história de abuso sexual na infância podem reviver as emoções e lembranças de suas próprias experiências ao tomarem conhecimento ou lidarem com as repercussões do abuso de suas crianças ou adolescentes (GREEN, COUPE, FERNANDEZ, & STEVENS, 1995).

Segundo Santos e Dell' Aglio (2007), em estudo realizado com mães, que também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar na infância, observou-se que existem outras formas de violência que se sobrepõem à experiência de abuso, revelando a repetição de interações entre os membros da família. Torna-se necessário um retorno a sua própria infância para que estas mães rompam com este ciclo de violência.

Machado (2008) entende que dentre os principais aspectos a serem abordados na fase da intervenção com a família destacam-se: a) o rompimento da ideia de caso único; b) auxiliar os pais a compreenderem o impacto do abuso, a lidarem com suas fantasias, culpabilizações e com a procura de explicações; c) explicar os procedimentos legais e médicos necessários; d) orientar em relação à pressão que a família faz para que a criança esqueça ou perdoe.

Santos (2011) compreende que a intervenção proporciona espaço para trabalhar sentimentos ambivalentes relacionados à descoberta do abuso. Também reforça a decisão de notificar o abusador, dando segurança a mãe, para que perceba consequências positivas. Deve abranger e auxiliar em questões relacionadas às dificuldades da família e principalmente da mãe, como a busca de um trabalho remunerado, quando essa é dependente financeiramente do abusador.

Trata-se de uma violência que pode ter conexões com outras, como a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes, por exemplo. Fazem-se necessárias ações que se pautem por uma efetiva integração intersetorial segurança pública, saúde, educação

e justiça (CAMPOS ET AL., 2005).

É preciso ampliar a compreensão do fenômeno dos abusos sexuais infato-juvenil para toda a sociedade, para que perceba que este problema não diz respeito apenas a quem o vivencia, ou aos profissionais e pesquisadores que com ele lidam diariamente. É um problema de todos que lutam por uma sociedade livre de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mães são importantes em todo o processo. Desde o momento da revelação, da notificação e nos atendimentos psicológico das vítimas. Geralmente, elas são as primeiras a tomarem conhecimento da situação de abuso e a forma de que lidam com essa situação irá influenciar no prognóstico de seus filhos (ELLIOT & CARNES, 2001; PINTELLO & ZURAVIN, 2001).

O foco deste trabalho será direcionado para a problemática vivenciada na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente, pois este é o local responsável pelas investigações sobre crimes sexuais infantis. Não há tradição de pesquisas na Delegacia e escassa discussão no ambiente acadêmico sobre o tema.

Nessa perspectiva é imperioso um estudo acadêmico para verificar a percepção identificada na delegacia sobre a violência psicológica exercida sobre as mães de vítimas de abusos sexuais e quais os fatores preponderantes que influenciam sua tomada de decisão em omitir, retardar ou notificar tais crimes aos órgãos competentes que podem lhe prestar auxílio, dentro da rede de proteção infanto-juvenil.

O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes necessita de engajamento da sociedade, de instituições, famílias e do governo na prevenção dos crimes sexuais, no fortalecimento das denúncias e no comprometimento das instituições para que juntas possam, por meio de ações acolhedoras e eficazes, garantir a proteção integral de crianças e adolescentes.

Portanto, é necessário um estudo para discutir alternativas de enfrentamento psicológico e social não apenas às crianças e adolescentes vítimas, mas também às mães ou cuidadores, considerando a importância do seu papel na dinâmica familiar, onde a mãe apresenta a principal fonte de proteção para os seus filhos. Além de ser relevante para o desenvolvimento científico nas áreas das ciências humanas; especialmente nas disciplinas de Cidadania, Direitos Humanos, Psicologia e Sociologia.

Sob o olhar das ciências humanas e sociais, visa produzir subsídios para o Estado reconhecer e promover políticas públicas que ampare, proteja e estimule a mãe a denunciar, lhe capacitando para enfrentar situações de conflitos antes, durante e pós-denúncia, potencializando o enfrentamento de crimes de abuso sexual infanto-juvenil. Nesse sentido, este projeto se articula com a linha de pesquisa: sociedade, estado, direito e gestão da segurança pública do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- ARVANITAKIS, K. ET AL. **Early sexual abuse and nightmares in the analysis of adults.** *Psychoanal Quaterly* 62(4):572-587, 1993.
- AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. (1989). **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder.** São Paulo: IGLU.
- BERLINER, L., & CONTE, J. R. (1995). **The effects of disclosure and intervention on sexually abused children.** *Child Abuse & Neglect*, 19(3), 371-384.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jan. 2019.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 16 jul. 2019.
- CAMPOS, M. A. M. R., SCHOR, N., ANJOS, R. M. P., LAURENTIZ, J. C., SANTOS, D.V., & PERES, F. (2005). **Violência sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima.** *Saúde e Sociedade*, 14(1), 101-109.
- CARVALHO, Q. C. M., GALVÃO, M. T. G., & CARDOSO, M. V. L. M. L. (2009). **Abusosexual infantil: percepção de mães em face do abuso sexual de suas filhas.** *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(4), 501-506
- COHEN, Claudio. **O incesto. Um desejo.** São Paulo: Casa do Psicólogo Editora Ltda., 1993
- COLE P, PUTNAM F. **Effect of incest on self and social functioning: a developmental psychopathology perspective.** *J. of Cons. and Clin. Psychol.* 60 (2): 174-84, 1992.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração.** 7a ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- DELL'AGLIO, D. D.; MOURA, A.; SANTOS, S.S. **Atendimento a mães de vítimas de abuso sexual e abusadores: considerações teóricas e práticas.** *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em < encurtador.com.br/dqwO7 > acessado em 05 nov. 2018.
- ELLIOT, A. N., & CARNES, C. N. (2001). **Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature.** *Child Maltreatment*, 6(4), 314-331.
- FORWARD S., BUCK C. **A traição da inocência. O incesto e sua devastação.** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** In: *Obras completas.* Rio de Janeiro: Imago, 1975a.

____ (1906 [1905]). *Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses*. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975b.

____ (1913 [1912-13]). *Totem e Tabu*. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975c.

FURNISS, T. (2002). **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar: manejo, terapia e intervenção legal integrados**. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

GONÇALVES, H. S., & FERREIRA, H. L. (2002). **A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde**. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 315-319.

GREEN, A. H., COUPE, P., FERNANDEZ, R., & STEVENS, B. (1995). **Incest revisited: delayed Post-Traumatic Stress Disorder in mothers following the sexual abuse of their children**. *Child Abuse & Neglect*, 19(10), 1275-1282.

HEFLIN, A. H., DEBLINGER, E., & FISHER, C. D. (2004). **Abuso sexual da criança**. In: F. M. Dattilio, & A. Freeman (Orgs.). *Estratégias cognitivo-comportamentais de intervenção em situações de crise* (pp. 144-166). Porto Alegre: Artmed.

HIEBERT-MURPHY, D. (1998). **Emotional distress among mothers whose children have been sexually abused: {e role of a history of child sexual abuse, social support, and coping**. *Child Abuse & Neglect*, 22(5), 423-435.

KRUG, E. G., DAHLBERG, L. L., MERCY, J. A., ZWI, A. B., & LOZANO, R. (2002). **World report on violence and health**. **Genebra: World Health Organization – WHO**. Retirado de: the World Wide Web: <http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf>

LEIFER, M., KILBANE, T., & KALICK, S. (2004). **Vulnerability or resilience to intergeneration sexual abuse: The role of maternal factors**. *Child Maltreatment*, 9(1), 78- 91

MACHADO, C. (2008). **Abuso sexual de crianças**. In: C. Machado, & R. A. Gonçalves (Orgs.). *Violência e vítimas de crimes – volume 2: crianças* (pp. 41-93). Coimbra: Quarteto.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

R.M. C. Libório (Orgs.). *Tráfico de pessoas e violência sexual* (pp. 191-211). Brasília: Violes/Ser/ Universidade de Brasília

ROSENFELD A. A. et al. **Fantasy and reality in patients reports of incest**. *J. Clin. Psychiatry* 40: 159-164, 1979.

SANTOS, S. S. (2011). **Uma análise do contexto de revelação e notificação do abuso sexual: a percepção de mães e de adolescentes vítimas** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SANTOS, S. S., & DELL'AGLIO, D. D. (2007). **Multigeracionalidade da violência: um estudo sobre mães de meninas vítimas de abuso sexual**. In: M. L. P. Leal, M. F. P. Leal, &

_____. (2009) **Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 85-92

SANTOS, S.S.; DELL'AGLIO, D. D. **Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência**. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 595- 606, Dec. 2008 . Disponível em: < encurtador.com.br/bjw26 >. Acesso em: 05 Nov. 2018.

SANTOS H. O. **Crianças violadas**. Ministério da Ação Social: Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência/CRAMI, 1991.

WINNICOTT, D D. (1965) **O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família**. In: *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994a.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 22, 23, 26, 27, 31, 32, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 66, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 101

Ambiente Acadêmico 169, 214

Atividade Legislativa 124, 128

Atuação Estatal 104

Audiência de Custódia 173, 174, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185

C

Cidadania 2, 20, 26, 28, 30, 33, 115, 116, 117, 119, 160, 169, 178, 191, 193, 204, 224

Conhecimento 18, 20, 25, 72, 81, 86, 97, 98, 101, 120, 123, 168, 169, 194, 195, 196, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 225, 226

Contratações Públicas 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101

Controle 16, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 51, 66, 69, 77, 95, 98, 105, 110, 129, 163, 166, 167, 192, 215, 216, 219, 224, 227

D

Dano 13, 67, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 83, 181

Defensoria Pública 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

Democracia 9, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 102, 112, 120, 121, 137, 139, 144, 146, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 222, 223, 225, 226, 227, 228

Discrecionalidade 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 49, 51, 55

E

Estado Democrático de Direito 2, 24, 31, 33, 40, 47, 48, 57, 71, 142, 143, 176, 222, 237

Estado Laico 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 152, 154, 155, 157, 158

Extensão Universitária 225

F

Frente Parlamentar Evangélica 137, 138

G

Grupos Minoritários 112, 113, 116, 117

H

Humanização 190, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 239, 240

I

Imprescritibilidade 65, 67, 68, 69, 70, 71, 76

Industrialização 1, 3, 7, 14, 15, 16, 18, 19

Informação 28, 57, 95, 98, 193, 199, 210, 211, 222, 225, 226, 227, 228

M

Manifestação de Ideias 214

Meios Consensuais 53, 54, 59, 61, 62, 63

Moralidade Administrativa 30, 65, 66, 69, 70, 71

Mulher 105, 111, 114, 115, 116, 160

P

Patrimônio Público 30, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 79, 80, 82

Poder 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 63, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 88, 90, 94, 95, 99, 100, 107, 108, 110, 113, 115, 117, 118, 124, 127, 128, 133, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 167, 170, 178, 215, 216, 217, 219, 221, 223, 224, 231

Processo Administrativo Disciplinar 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 77

Processo Político 26, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Projeto Bem-me-quer 229, 233, 235, 236, 237, 238, 239

R

Representatividade 112, 113, 115

S

Saúde 109, 110, 115, 119, 150, 152, 159, 160, 163, 165, 167, 168, 170, 171, 200, 204, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

T

Transição 1, 2, 5, 167

V

Violência Doméstica 159, 160, 166

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020